

Inspere

Programa Avançado em Gestão Pública

Emília Lucy Nogueira Marinho

Estudo de Caso - Projeto Goianas na Urna: Como aumentar representatividade e competitividade de campanhas de mulheres para câmaras municipais em Goiás

São Paulo

2020

Emília Lucy Nogueira Marinho

Estudo de Caso - Projeto Goianas na Urna: Como aumentar representatividade e competitividade de campanhas de mulheres para câmeras municipais em Goiás

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Programa Avançado em Gestão Pública' como requisito parcial para a obtenção do título de Pós-graduada em Gestão Pública Avançada

Orientador: João Paulo Bachur

São Paulo

2020

Marinho, Emília e Lucy Nogueira.

Estudo de Caso - Projeto Goianas na Urna: Como aumentar representatividade e competitividade de campanhas de mulheres para câmeras municipais em Goiás

Emília Lucy Nogueira Marinho. – São Paulo, 2020. 48 f. (número de folhas)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (grau) – Insper, 2020

Orientador: João Paulo Bachur

Co-orientador: Mariana Neubern de Souza Almeida

1. Representatividade. 2. Eleições. 3. Recrutamento. 4. Formações. 5. Mulheres. I. Autor. II. Título

Emília Lucy Nogueira Marinho

Estudo de Caso - Projeto Goianas na Urna: Como aumentar representatividade e competitividade de campanhas de mulheres para câmaras municipais em Goiás

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Programa Avançado em Gestão Pública' como requisito parcial para a obtenção do título de Pós-graduada em Gestão Pública Avançada

Orientador: João Paulo Bachur

Banca Examinadora

Prof. Dr. João Paulo Bachur

Inspere

Prof. Dra. Mariana Neubern de Souza Almeida

Inspere

Dedicatória

**A Dona Rosa, Lúcia e todas as goianas
ativistas, eleitas, suplentes, embaixadoras,
apoiadores financeiros, as que sonham com
o fortalecimento da nossa democracia e as
todas que já morreram lutando pelos
nossos direitos.**

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio, suporte emocional e confiança de quatro pessoas que foram essenciais neste ano. À Lúcia Elizabeth de Souza Nogueira, minha mãe e porto seguro, que apoia todos os passos que dou mesmo quando não conseguia andar. Ao meu namorado, João Cláudio Rocha Baeta Leal que expandiu tudo o que não era inferno e pandêmico. A Ellen da Silva, minha amiga e companheira de casa, que não só me ajudou com café e comida como também a manter sanidade e ter força para enfrentar o isolamento social deste ano. À Andreza Cruz, minha irmã e confidente, que divide a busca pelo autoconhecimento, ancestralidade e com quem sonho junto muitos projetos futuros.

Às minhas parceiras de causa e projeto que trabalharam com extrema dedicação e voluntariamente ao Goianas na Urna. Agradecimento especial a todas as lideranças que dividem a realização desse projeto: Juliana Leal, Brenda Prata, Mariana Salles, Carolina Figueiredo, Maria Heloysa, Sofia Carvalho e Nara Bueno. Sem elas, o projeto não teria conquistado a proporção, resultados e impactos na melhoria da representatividade de mulheres em Goiás.

Agradeço muito ao meu orientador, João Paulo Bachur, que não só lecionou uma das disciplinas mais fascinantes e envolventes que já presenciei na vida, como também acolheu desde o início minhas inquietações, limitações e ousadia.

Um agradecimento muito especial também a todos amigos e colegas da turma PAGP 03, em especial aos que fizeram trabalho de campo e de grupo e dividiram inúmeras horas em calls, aulas, elaboração de materiais e atenção para não perder nenhum prazo. Nessa reta final, agradeço especialmente a Stael Borges que assumiu um milagre das 6h30 da manhã na reta final para a entrega, fator chave para garantir a produtividade da escrita deste trabalho.

Epígrafe

“O problema não é que algumas pessoas se interessem por política e outras não, mas há, de fato, um problema quando os níveis de participação e envolvimento coincidem tão de perto com diferenças de classe, gênero ou etnicidade”

- Anne Phillips, 1995

Resumo

Através do estudo de caso do Goianas na Urna, pretendo: i) identificar os principais fatores limitantes das curvas de oferta e demanda das candidaturas de mulheres; ii) caracterizar o problema de candidaturas laranja; iii) apresentar a teoria da mudança aplicada e resultados obtidos pelo projeto e iv) recomendar sugestões de melhoria do processo de recrutamento para candidaturas de mulheres no Brasil.

Palavras chave: representatividade, eleições, recrutamento, formação política, mulheres

Abstract

Through the case study of Goianas na Urna, I intend to: i) identify the main factors limiting the supply and demand curves of women's applications; ii) characterize the problem of orange applications; iii) present the theory of applied change and results obtained by the project and iv) recommend suggestions for improving the recruitment process for applications from women in Brazil.

Keywords: representativeness, elections, recruitment, political training, women

Sumário

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. A SUB-REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES | 12 |
| 2.1 Por que a sobre-representatividade masculina é um problema público? | 12 |
| 2.2 Vertentes explicativas e as etapas do processo eleitoral | 15 |
| 2.3 Como o processo eleitoral molda a ambição política | 20 |
| 2.4 Como os sistemas eleitorais moldam a sub-representatividade | 21 |
| 3. O PROJETO GOIANAS NA URNA | 24 |
| 3.1 Perfil político goiano | 24 |
| 3.2 Por que realizar o projeto em Goiás? | 27 |
| 3.3 O que é o Projeto Goianas na Urna? | 28 |
| 3.4 Modelo lógico do Goianas na Urna | 31 |
| 4. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO | 33 |
| 4.1 Matriz de Avaliação | 34 |
| 4.2 Avaliação de desempenho eleitoral de candidatas | 36 |
| 4.3 Avaliação Interna | 41 |
| 5. CONCLUSÃO | 43 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 46 |
| Apêndice - A | 48 |

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso, feito para o Programa Avançado em Gestão Pública do Insper, é uma revisão bibliográfica e um estudo de caso sobre sub representatividade feminina na política brasileira, focando no estado de Goiás e na experiência de uma organização sem fins lucrativos chamada de Goianas na Urna.

No primeiro capítulo deste trabalho, será apresentado uma revisão bibliográfica abordando os principais fatores que tentam explicar não somente o porquê a sub representatividade feminina ocorre, mas também quais modelos eleitorais permitem maior paridade, como os processos de seleção de candidatos moldam a ambição política e como é o processo de seleção política no Brasil.

No segundo capítulo desenvolve o estudo de caso do Goianas na Urna (doravante também chamado de Goianas), projeto que no último ciclo eleitoral (2018 - 2020) se propôs a atrair, selecionar e formar mulheres que nunca se elegeram e dentre estas muitas que nunca tinham sido candidatas para cargo de vereadora em municípios de Goiás. Como esta tese é escrita pela fundadora do projeto e visando diminuir o uso de primeira pessoa para fins acadêmicos, será usado o termo idealizadora para se referir a presidenta do projeto, Emília Marinho.

A terceira parte deste trabalho se dedica a expor os principais resultados alcançados pelo Goianas e identificar como os mecanismos adotados pela instituição tiveram resultados, fazendo uma avaliação de processo e de resultado para entender se as atividades alcançaram ou não os objetivos pretendidos.

Por fim, o quarto capítulo lida principalmente com as lições aprendidas e conclusões gerais deste primeiro ciclo eleitoral, descrevendo sobre o processo de maturação interna da organização durante este ciclo eleitoral.

2. A SUB-REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES

Neste primeiro capítulo, serão abordadas as origens, as razões e os impactos da sub representatividade feminina na política, atentando para diferentes correntes que explicam as causas por detrás desta representatividade.

2.1 Por que a sobre-representatividade masculina é um problema público?

Uma onda global de movimentos demandando o sufrágio universal no começo do século XX possibilitou a introdução das mulheres aos procedimentos democráticos. Posteriormente, a demanda por homens na Segunda Guerra Mundial gerou um boom de introdução das mulheres no mercado de trabalho. Estas mudanças paulatinas foram acompanhadas pelo crescimento de movimentos sociais, ligados na Europa com os protestos de Maio de 1969, nos Estados Unidos com os movimentos dos direitos civis e no mundo com o movimento feminista. Apesar de polissêmicos, estes movimentos contestaram as divisões de gênero e sócio-raciais em voga e colocaram a inclusão como uma de suas principais pautas. A vitória da desagregação racial de espaços públicos e instituições de ensino foi feita judicialmente e concomitantemente ao aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e nas instituições de ensino, mas a inserção de minorias nestes espaços de poder ainda tarda a acontecer e vem sendo realizada de forma gradual e morosa.

Temos como cenário ideal o mundo que tenhamos representantes eleitos como um espelho de representatividade conforme a relação demográfica. Contudo, o que se observa empiricamente é não apenas a repetição cíclica da maioria dos candidatos com mandato, mas principalmente o investimento desproporcional de recurso público em candidaturas masculinas e como resultado a sobre-representação política de homens a cada eleição.

Apesar de medidas governamentais recentes terem sido implementadas para melhorar este cenário, partidos políticos optaram por agir em desacordo com tais medidas e valer-se de “candidatas laranjas”. O conceito de “candidatura laranja” que

será usado neste trabalho se refere a candidatas mulheres postas em listas partidárias como concorrentes a eleições legislativas unicamente para que o partido consiga sobrepassar o piso legal de candidatas mulheres estabelecido por lei, atualmente em 30% da chapa. Estas candidaturas, desprovidas de apoio partidários, recursos ou voto, são mais um sinal das falhas estruturais em atrair, selecionar e formar lideranças político-partidárias femininas reais e competitivas.

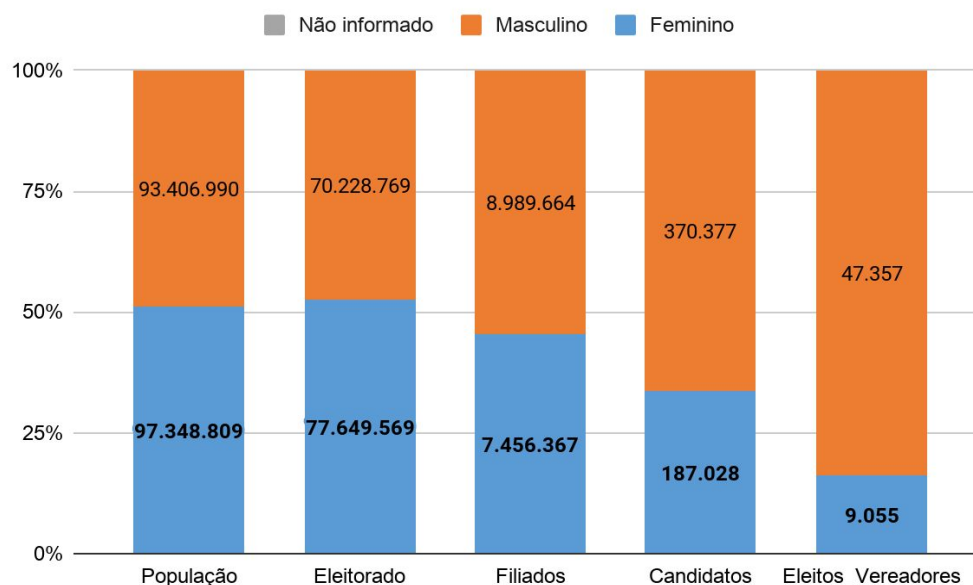
Tendo em vista que, segundo Secchi (2016), “a definição ou delimitação do problema público envolve identificar os elementos deste problema e sintetizar em uma frase a sua essência, esta tese aborda o problema público como a falta de condições estruturantes que formem mais candidaturas femininas competitivas.

A academia que estuda as origens desta subrepresentatividade atribui razões diferentes para que menos mulheres tenham sido eleitas. Usando as classificações de Miguel & Biroli (2010), os fatores responsáveis por este fenômeno podem ser incluídos em três categorias. A primeira corrente, que lida sobretudo com questões filosóficas e culturais, se chama liberalismo e patriarcalismo. A linha de pensamento que explica em gênero e ambição política a sub representatividade feminina o faz por raízes normativas, explicando como a sociedade desestimula candidaturas de mulheres. Por fim, a terceira corrente explica como a falta de recursos financeiros, capital social e tempo por conta da dupla jornada minam candidaturas de mulheres.

A sub representatividade das mulheres na política ocorre em estágios diferentes do processo político-eleitoral. O gráfico 1 ilustra como a proporção de mulheres na população e no eleitorado¹ ronda em torno de 50%. Dentre os filiados partidários, este número cai de maneira pouco significativa, para 45,32%, mostrando que a primeira demonstração de interesse político não é determinada pelo gênero. No entanto, a proporção de mulheres como candidatas e entre os eleitos no Brasil mostram o gargalo que existe entre os direitos políticos e a representatividade das mulheres.

¹ Vale lembrar que mesmo que a proclamação da república tenha ocorrido em 1889, as mulheres só tiveram o sufrágio garantido pelo primeiro código eleitoral brasileiro em 1932.

Gráfico 1: Proporção de mulheres ao longo do processo eleitoral no Brasil.



Fonte: Dados TSE (2020) e Censo Demográfico (2010) - Elaboração própria.

A subrepresentatividade das mulheres na política não é somente um valor em si mesmo, mas também um índice importante da qualidade democrática e das instituições inclusivas do país. Nações com maiores proporções de mulheres na política conseguem redigir leis e formular ações governamentais que conseguem servir a interesses e público-alvos mais abrangentes. Neste sentido, o aumento da diversidade e a diminuição da subrepresentatividade servem como vetores de qualidade democrática, ampliando a qualidade das políticas públicas em um país.

Apesar de políticas públicas e iniciativas recentes terem sido tomadas para diminuir a sub-representatividade feminina dentro da política brasileira, o país segue com níveis aquém da média global em termos de proporções das mulheres na política. De acordo com o IPU², que em português significa União Inter-Parlamentar, o Brasil ocupa o 143º lugar de 188 posições no ranking de representatividade feminina mundial. Medidas como obrigar partidos a adotar 30% de mulheres como candidatas e destinar uma parcela do valor para candidaturas negras foram incapazes de lidar com a subrepresentatividade.

² IPU - Monthly ranking of women in national parliaments - Acessado em 05/12/2020, disponível em: <<https://data.ipu.org/women-ranking?month=10&year=2020>>

2.2 Vertentes explicativas e as etapas do processo eleitoral

A primeira vertente explicativa destacada por Miguel & Biroli (2010) para a análise da sub representatividade é a do liberalismo e patriarcalismo, trazida por Pateman (1989) e Phillips (1991). Junto a várias outras teóricas feministas, as autoras criticam o ideal de universalidade no sentido que não basta incluir as mulheres e outros grupos marginalizados, sem alterar aspectos institucionais e estruturais da democracia. Além disso, sustentam que o processo democrático deveria ser reestruturado se atentando para a diferença sexual.

Para Pateman, o sexo é definidor de pelo menos duas categorias de indivíduos no patriarcalismo moderno: homens livres, que são cidadãos atuantes da sociedade civil; e mulheres naturalmente subordinadas, que são definidas pela sua posição relacional no âmbito familiar (como esposas e como mães). Assim ela denomina o Dilema de Wollstonecraft: de um lado, a demanda de que o ideal liberal seja estendido às mulheres, com uma agenda “neutra” do ponto de vista do gênero; de outro, a defesa de que sejam incorporadas como mulheres, isto é, que suas especificidades sejam levadas em conta. Porém,

o entendimento patriarcal da cidadania significa que as duas demandas são incompatíveis, já que permite apenas duas alternativas: ou as mulheres se tornam (como) homens, e assim, cidadãos plenos; ou continuam no trabalho de mulheres, que não tem valor para a cidadania. Pateman (1989, p. 197).

Outra vertente explicativa, mais pragmática, traz de forma esquemática que os principais desafios para a participação política no processo eleitoral se devem à falta de três tipos de recursos: dinheiro, tempo livre e uma rede de contatos. Apesar desses recursos serem obstáculos para qualquer candidatura, outros estudos comprovam como o peso é diferente por questões de gênero.

Em relação ao dinheiro, temos o peso desigual em relação à inserção no mercado de trabalho, a média de salários por gênero e o capital familiar - herança

partidária³. A disparidade monetária entre os gêneros é evidenciada pelo acesso e pelo status no mercado de trabalho. Juridicamente, só a partir de 1962 mulheres casadas deixaram de precisar da autorização do marido para trabalhar. Esta desigualdade histórica também ressoa nos rendimentos do mercado. Dados da SEMESP de 2019 indicam que mesmo mulheres sendo maioria entre as pessoas com ensino superior no Brasil, o salário de graduadas era de 41% menor do que a de homens com o mesmo nível de graduação. Em 2017, o salário médio geral de homens era 23,9% superior ao das mulheres (R\$ 2.476 contra R\$ 1.884).

Segundo essa vertente, o principal fator limitante para a sub-representatividade das mulheres é a falta e o uso do tempo livre. Os constrangimentos estruturais à participação política das mulheres que possuem via de regra, menos acesso aos recursos econômicos e bem menos tempo livre do que os homens.

Welch (1977) mostra que apesar do impacto positivo entre trabalhar fora e interesse de mulheres na política, a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com as crianças não foi redistribuída. Logo, a despeito de mudanças significativas nos arranjos maritais, o fardo das tarefas domésticas e atividades não remuneradas, como levar filhos ao médico, continua recaindo desproporcionalmente sobre as mulheres, um conceito concebido como “dupla jornada”.

Casamento e filhos aparecem como fatores que impactam negativamente o comprometimento das mulheres com suas carreiras profissionais. - Scott Coltrane (2004); e Helena Zinaniecka LOPAT, (1993)

A dificuldade de acesso a recursos materiais e desafio de ascender a posições de chefia também contribui para a relativa impermeabilidade das redes políticas às mulheres. Sendo assim, são fatores que impactam negativamente as chances de sucesso eleitoral. Baseado nestes obstáculos, partidos políticos que visem diminuir a sub-representatividade feminina deveriam direcionar o seu processo de recrutamento e seleção cientes destas barreiras estruturais que

³ O acesso à carreira política por via familiar ilustra uma especificidade das mulheres em relação aos homens

desestimulam a participação das mulheres na política, como casamento, dinheiro e tempo.

Wylie & Madison (2020) trazem os principais elementos desta vertente no contexto eleitoral Brasileiro. Criticam o legado do mito da democracia racial no Brasil, evidenciam a tripla jornada das mulheres e abordam temas como a reforma do financiamento de campanha - que impediu doações de pessoas jurídicas e obrigou 30% dos recursos serem destinados a mulheres, impactou de forma diferente gêneros e raças.

Wylie & Madison (2020) também analisaram como os resultados das eleições de 2018 para o congresso brasileiro demonstrou como a reforma já diminuiu a diferença de investimento entre candidaturas de homens e mulheres negras e brancas e na diminuição das candidaturas laranja. Os autores também evidenciam como o estado civil e a ideologia partidária são estatisticamente relevantes para eleição de mulheres negras. Visando instigar os partidos a aumentar a representatividade de suas candidaturas, o Congresso aprovou em 1997 a criação da Lei nº. 9.504 estipulando que 30% das candidaturas a cargos legislativos devem ser reservadas a candidaturas femininas. Esta lei foi seguida pela Lei nº 12.034/2009 que empregou o termo “preencherá” ao invés da expressão “deverá reservar”:

Art. 10. (...)§3º. Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

Tais conclusões reforçam o peso da tripla jornada na ascensão política de mulheres e faz refletir sobre a importância da averiguação dessa informação da ótica da oferta e da demanda por candidaturas femininas.

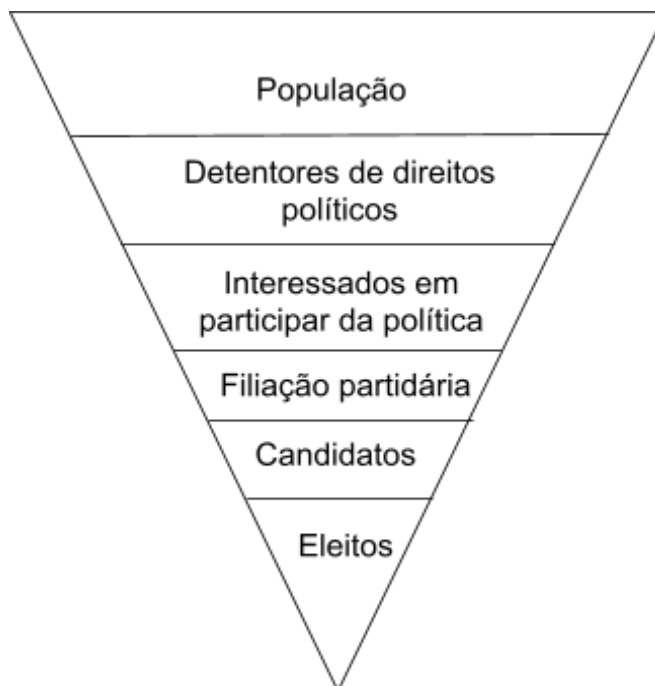
A terceira vertente apresentada por Miguel & Biroli (2010) aborda gênero e ambição política. A provocação aqui é analisar como os padrões culturais e de socialização que constroem o político como espaço masculino inibem o surgimento

da “ambição política” entre mulheres. As contribuições acadêmicas que mais dialogam entre si são entre os estudos de Lawless & Fox (2005), Phillips (1995) e Constantini (1990).

Os estudos destes autores tem como objetivo diagnosticar e explicar as distorções, verificando qual é, de fato, a influência do sexo no início das trajetórias políticas. Eles investigam o peso dos estereótipos na decisão do eleitorado; os vieses dos partidos em relação às mulheres na formação de chapa bem como as particularidades das campanhas políticas femininas em cada etapa do funil do processo eleitoral demonstrado na Figura 1.

A figura ilustra os resultados destas pesquisas, indicando que o envolvimento político diminui da população para aqueles de detentores de direitos políticos. Destes, uma parcela menor tem real interesse em participar da política e poucos chegam a concretizar este interesse por meio de uma filiação partidária. Esse grupo se afunila ainda mais com o número de candidatos e, por fim, chegamos a um pequeno número de eleitos. Em geral, as pesquisas apontam que a vontade de participar da política eleitoral se concentra em determinados estratos da população: as camadas com maior escolaridade, profissionais liberais etc;

Figura 1. Funil do processo eleitoral.



Fonte: Elaboração própria a partir de modelo criado por Miguel e Biroli (2010).

Fox & Lawless (2005) aplicaram questionários com profissionais em ambos os sexos em posições de carreiras similares na carreira profissional nos Estados Unidos. Além dos homens demonstrarem 16% a mais de vontade de disputar para um cargo político, eles mesmo que consideravam a possibilidade se mostravam mais ativos e que já haviam tomado mais ações para tomar este primeiro passo do que mulheres na mesma condição. Dados eleitorais do TSE ilustrados na Figura 1 mostram como o comportamento político no funil eleitoral varia de acordo com os gêneros e vai ao encontro da teoria de Fox & Lawless (2005). A sub-representatividade das mulheres na política ocorre em estágios diferentes do processo político-eleitoral.

Apesar das diferenças culturais e sócio-econômicas, as principais conclusões que poderiam ser transpostas para o contexto brasileiro são a falta de mecanismos de socialização e autoavaliação da própria qualificação feminina na política. A sociabilização é encarada como a principal barreira à igualdade entre o sexo nas esferas políticas, pois fazem com que as mulheres não tenham contato com pessoas

eleitas e não se sintam chamadas a ingressar nas disputas eleitorais. A autocrítica em relação a própria qualificação pode consistir pelo ambiente político sexista. Exemplos recentes desta hostilidade e violência aconteceram nas eleições municipais de 2020, com várias ameaças de mortes a candidatas mulheres cisgêneras e transsexuais, como à prefeita eleita de Bauru, Suellen Rossin, e às vereadoras Ana Lúcia Martins de Joinville e Carol Dartora em Curitiba. Outros fatores podem ser relacionados a psicologia social, dado que a estrutura patriarcal ensina os homens são ensinados a ser confiantes, assertivos e a promoverem a si próprios, ao passo que, para as mulheres, tais características muitas vezes são consideradas inadequadas - o que Fox & Lawless chamam de *gendered psyche*.

Matland (2005) afirma que movimentos de mulheres ou organizações que focam em empoderamento político contribuem significativamente para o aumento do número de candidatas interessadas em concorrer nas eleições. Essas organizações oportunizam experiências no setor público, as ajudam a construir autoconfiança, dão suporte básico caso as mulheres decidam por concorrerem nas eleições.

2.3 Como o processo eleitoral molda a ambição política

A segunda corrente destacada por Miguel & Biroli (2010) como explicativa da sub representatividade feminina na política se pauta em uma abordagem institucional. Em adição as contribuições que analisam ambição política, Josefsson (2020) faz uma análise pragmática contemplando duas vertentes, questionando como a própria estrutura do processo de seleção de candidatos molda a ambição política de formas diferentes de acordo com o gênero.

Josefsson analisa conceitualmente como os partidos diferem de acordo com os mecanismos democráticos escolhidos. No caso analisado pela autora, dois partidos selecionam através de primárias e outros de listas fechadas, um mais centralizado e outro mais descentralizado. Ambos moldam diferentemente as ambições de gênero. No caso das primárias amplas, a principal barreira é a falta de recursos políticos para as mulheres. No caso de escolha por parte da cúpula partidária, a principal barreira é a escolha dos caciques locais. Caciques locais tendem a basear a escolha a partir de critérios subjetivos, como confiança,

privilegiando assim pares políticos e pessoas que eles consideram como sendo mais de confiança (homens).

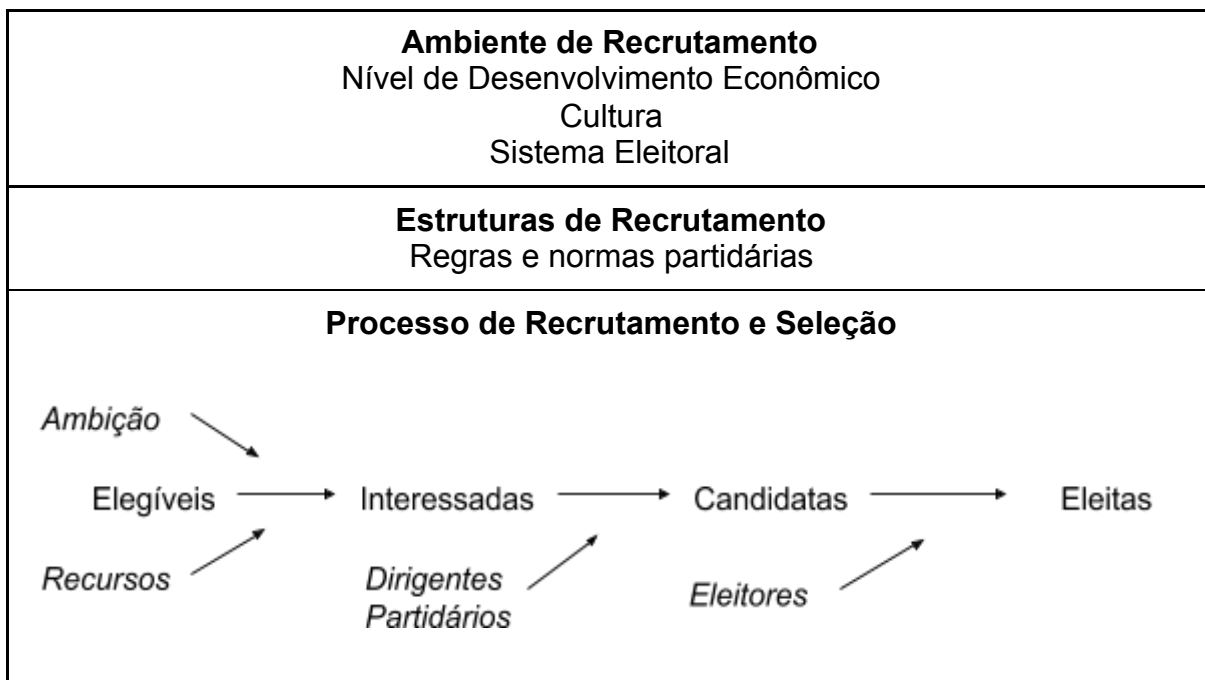
Um dos principais pontos do texto de Josefsson foca na importância do arranjo institucional partidário e como essa estrutura influencia a representação feminina. Para solucionar a sub-representatividade feminina a ambição política poderia focar em uma reforma dos sistemas institucionais e não em estímulos para a melhoria das capacidades individuais das mulheres. O foco das reformas deveria ser em dirimir o viés institucional que privilegiam e constituem homens.

Parte destas reformas poderia ser direcionada a aumentar a representatividade dos tomadores de decisão dos partidos, os *gatekeepers*, a fim de que eles consigam uma diversificação dos quadros partidários.

2.4 Como os sistemas eleitorais moldam a sub-representatividade

Ainda assim, resta responder o porquê do Brasil ter maiores taxas de subrepresentação feminina comparado com outros países que compartilham a estrutura patriarcal, o fenômeno da dupla jornada e apresentam desincentivos normativos similares para mulheres. Matland (2005) explica este questionamento a partir das principais etapas do processo de recrutamento para legislaturas nacionais. O autor mostra efeitos do sistema eleitoral buscando responder qual sistema eleitoral assegura melhor que haja eleições de mulheres, e o porquê, além de quais especificidades das mulheres deveriam se preocupar com cada sistema eleitoral. A figura 2 ilustra o quadro do sistema de recrutamento legislativo.

Figura 2: Processo de Recrutamento e Seleção eleitoral



Fonte: Matland & Montgomery (2003) adaptado pela autora.

Após comparar historicamente o índice de representatividade de mulheres em 24 países com sistemas majoritários e sistemas de múltiplos membros - como é o sistema eleitoral proporcional no Brasil, Matland (2005) demonstra que o sistema representativo é o mais vantajoso para eleger mulheres.

Segundo Matland (2005), três fatores que facilitam a representação das mulheres nos sistemas proporcionais: primeiro, pela quantidade de cadeiras para assumir o cargo: os partidos têm a chance de competir e ganhar vários assentos, o que lhes permite ir mais longe na formação de chapa, onde geralmente as mulheres são consideradas; ii) regras eleitorais elevadas - ou como chamamos no Brasil de cláusulas de barreira - que desencoraja a criação de "mini partidos" que muitas vezes permitem a entrada de apenas um ou dois representantes, geralmente homens; e iii) listas fechadas de partidos: o partido determina a classificação dos candidatos e, portanto, os nomes das mulheres não podem ser eliminados ou rebaixados.

Para além do impacto dos sistemas eleitorais na representatividade e do racional de consideração de mulheres da ótica da demanda, Matland apresenta sete lições para expandir a representação de mulheres na política são baseadas em dois casos de movimentos de ativistas, de mulheres no Peru e em países Nórdicos por aumento da representatividade de mulheres:

- I. Mulheres devem se organizar dentro e fora dos partidos políticos;
- II. Mulheres devem encorajar os partidos a estabelecerem regras claras para a seleção de candidatos;
- III. Sistemas de representação participativa são melhores que sistemas majoritários para aumentar a representação das mulheres,
- IV. Alguns sistemas de representação participativa são melhores que outros.
- V. As mulheres devem avaliar atenciosamente todos os partidos e qualquer propostas do sistema eleitoral para balancear as vantagens e desvantagens.
- VI. Enquanto sistemas de participação representativa são melhores no longo termo, resultados imediatos não são garantidos.
- VII. Mudar o sistema eleitoral é apenas uma parte de uma estratégia maior para aumentar a representação de mulheres na política.

3. O PROJETO GOIANAS NA URNA

3.1 Perfil político goiano

A participação das mulheres no cenário político tem sido, historicamente, marcada pela baixa representatividade, e pela pouca atuação na elaboração de políticas públicas. O Brasil é um dos piores países em termos de representatividade feminina em todas as esferas do poder, ocupando a 140º entre 157 países de acordo com levantamento da ONU.⁴

Os dados para o Estado de Goiás são ainda piores comparados com a realidade brasileira. A região Centro-Oeste é a região do Brasil com menos congressistas dentre suas assembleias estaduais, tendo apenas 9 entre 113 (7,96%) parlamentares eleitas. Juntando a Assembleia Goiana, a Câmara e o Senado, somente 4 dos 61 políticos eleitos para o Legislativo são mulheres (6,5%), as congressistas Flávia Morais (PDT) e Magda Mofatto (PL) e as deputadas estaduais Delegada Adriana Accorsi (PT) e Lêda Borges (PSDB).

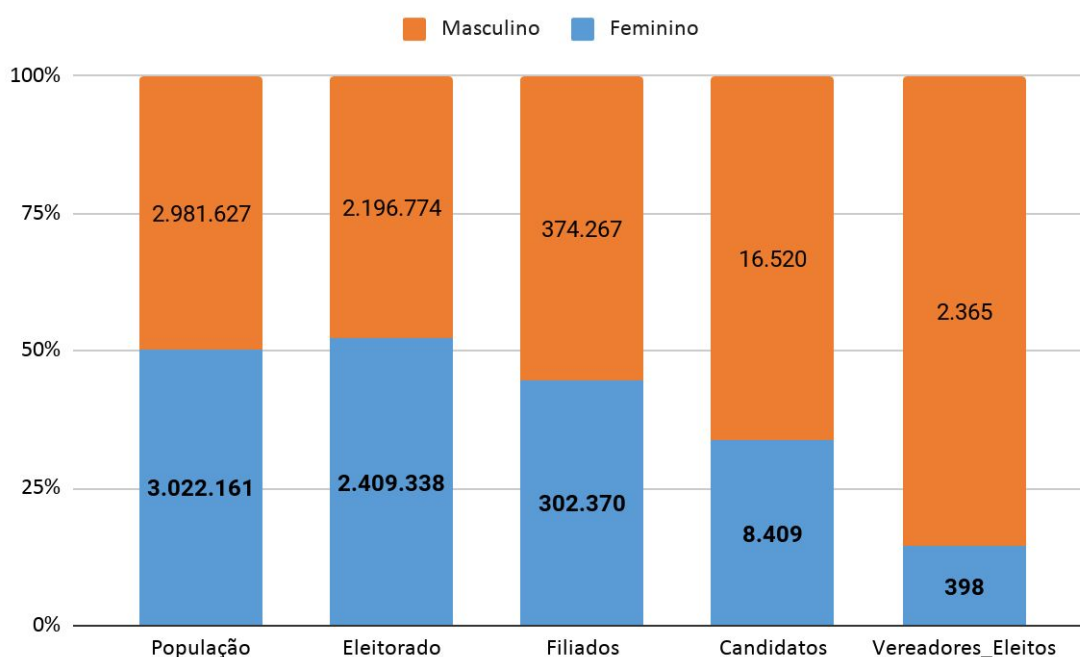
A sub-representatividade das mulheres na política goiana é um fenômeno disseminado, representado sobretudo pela baixa representação feminina nas Câmaras Municipais. Tanto em 2016 quanto em 2020, 85% dos vereadores nos 246 municípios goianos eram homens. Apesar de o número de cidades que não elegeram nenhuma mulher ter caído de 71 em 2016 para 43 em 2020, 87 Câmaras tiveram apenas uma única mulher eleita. Este quadro de sub-representação feminina não se altera substancialmente conforme o tamanho do município: o maior colégio eleitoral do Estado, Goiânia possui cinco mulheres vereadoras entre as 35 cadeiras. Neste sentido, medidas visando a inclusão feminina na política como meio de transformação social e consolidação da democracia representativa são dificultadas pela ausência de políticas mulheres.

Conforme apresentado no gráfico 2, a representatividade na perspectiva de sexo e raça, o funil da presença feminina ao longo do processo eleitoral no estado

⁴ Poder 360 - "Brasil é 140º em ranking de representação feminina no Legislativo". Disponível em <https://www.poder360.com.br/congresso/brasil-e-140o-em-ranking-de-representacao-feminina-no-legislativo/> Acessado em: 10/12/2020.

de Goiás é abaixo da média brasileira, representada no gráfico 1. Em termos de proporções, Brasil e Goiás tem percentuais muito parecidos, mas o Estado do Centro-Oeste tem 2% a menos do que a Nação em termos de mulheres eleitas para Câmaras Municipais.

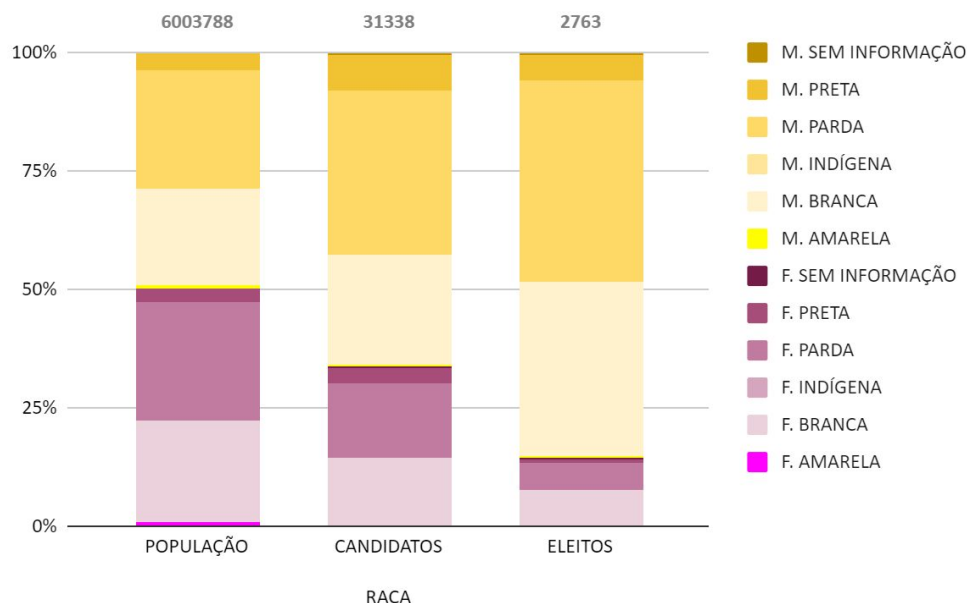
Gráfico 2: Proporção de mulheres ao longo do processo eleitoral de 2020 para vereadores em Goiás.



Fonte: TSE (2020) e Censo Demográfico (2010) - Elaborado pela autora

Esta sub representatividade também pode ser observada a partir de recortes étnicos. Apesar de vários municípios pequenos no norte do Estado terem grupos negros importantes do ponto de vista demográfico, histórico e cultural, como as kalungas em Cavalcante, por exemplo, o número de mulheres negras e indígenas eleitas ainda é irrisório, como aponta a gráfico 3. Analisando a proporção de cada um das categorias de gênero e etnicidade, nota-se que os grupos mais subrepresentados, em ordem decrescente, são mulheres pardas, brancas e negras. Apesar de serem 25% da população, mulheres pardas representam apenas 6% das eleitas, enquanto brancas são 21% e formam apenas 7,4% das eleitas e estas taxas para mulheres são negras 2,95% e 0,7%, respectivamente.

Gráfico 3: Representatividade por sexo e raça ao longo do processo eleitoral de 2020 para vereadores em Goiás



Fonte: Dados TSE (2020) e Censo Demográfico (2010) - Elaborado pela autora

Estes dados apontam que a principal divisão de sub-representatividade em Goiás é a partir de recortes de gênero. Homens brancos, pardos e pretos são sobrerrepresentados historicamente em eleições quando comparados com sua proporção populacional, mesmo antes da medida recente e aplicada nas últimas eleições destinando 40% dos fundos eleitorais para candidaturas pardas e negras. Por outro lado, mulheres negras, pardas e brancas figuram entre o outro lado da moeda. Uma pesquisa se aprofundando nas origens desta diferença, analisando as percepções da população sobre candidatas mulheres e candidatos negros e entendendo como os partidos lidam *in loco* com esta questão poderia ser um foco de aprofundamento futuro.

Parte desta sub representatividade pode ser explicada por meio do processo institucional e eleitoral conduzido pelos partidos políticos. Candidaturas femininas

receberam em média, 10% a menos do que as masculinas em Goiás⁵, sendo que o número de candidatas laranjas figurou em 451 mulheres, representando 4,29% do total de candidaturas femininas para o cargo de vereadora no estado.

Para além de dados quantitativos e eleitorais, são comuns as denúncias e relatos de machismo presentes nas Câmaras de Goiás, retratadas como parte de um ambiente masculino e pouco acolhedor para políticas mulheres. Iniciativas visando diminuir esta cultura e impulsionar mulheres na política local vem sendo apresentadas e acolhidas por eleitas de diversos lados do espectro político-ideológico. A iniciativa “Mais Mulheres na Política”, da ex-senadora Lúcia Vânia (Cidadania), contou com apoio de políticas do PT, PSDB, Solidariedade e MDB.

3.2 Por que realizar o projeto em Goiás?

O projeto foi realizado em Goiás por três motivos. Primeiro, a idealizadora nasceu e tem um vínculo familiar e afetivo com o estado. Segundo, identificou-se a oportunidade de conectar o estado com outros movimentos políticos concentrados no Sudeste e Nordeste. Há uma efervescência de movimentos políticos e ecossistema de projetos sem fins lucrativos no eixo Rio-São Paulo e em regiões com tradição de formação de políticos relevantes no cenário nacional como Pernambuco, Minas Gerais, Ceará, e Bahia. No entanto, entendendo que para aumentar a representatividade de forma homogênea é importante que os movimentos sejam próximos de todas as localidades, constatou-se que existia uma carência de movimentos locais no Centro-Oeste. Por último, Goiás é um estado conservador do ponto de vista político, o que aprofunda o senso de urgência para implementar um programa visando diminuir a sub-representatividade feminina.

De acordo com a idealizadora do projeto, a motivação para começar o Goianas na Urna surgiu após coordenar pela primeira vez a campanha de um Deputado Federal em Goiás. Assim, a idealizadora não apenas experimentou desafios práticos e barreiras de gênero na política, como conheceu várias mulheres

⁵ Cálculo realizado através de média simples do valor de despesa declarado pelo partido para cada campanha, que pode se caracterizar em serviço de registro de candidatura e prestação de contas e não especificamente em recurso destinado a investimento para a candidatura.

candidatas que lutavam para superar os mesmos desafios. Então, como forma de testar algo que respondesse ao caos político de 2018, decidiu iniciar o projeto captando recursos através do envio de mensagens para sua rede de apoio - em sua maioria composta por jovens profissionais que, como ela, acreditam em políticas públicas e na transformação que pode ser causada quando há mais mulheres nos espaços de poder. Com essa ação, captou 3 mil reais e começou a construir o projeto.

3.3 O que é o Projeto Goianas na Urna?

O projeto foi idealizado após as eleições de 2018, as co-fundadoras e time interno do Goianas são mulheres que passaram por experiências na gestão pública. Após experiências diversas, identificaram o problema da sub-representatividade feminina nos espaços de poder e que o processo mais crítico para combater este fenômeno é a eleição. Assim, decidiram somar suas experiências de gestão de projetos, conhecimentos sobre política e feminismo para qualificar o debate e formar não só o projeto apartidário e suprapartidário, sem fins lucrativos, mas também uma rede de mulheres politicamente engajadas no Estado.

O objetivo geral do Goianas na Urna é aumentar a representatividade feminina na política de modo a atrair, selecionar, capacitar e formar uma rede de ativistas, candidatas, eleitas e mulheres que já tiveram mandato para as eleições. De modo a alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos do projeto envolvem: (1) fornecer formação política para mulheres de forma a combater candidaturas laranja; (2) fortalecer as campanhas eleitorais e; (3) criar uma rede engajada de pessoas que apoiam candidaturas de mulheres.

O Goianas na Urna impulsiona candidaturas de mulheres proporcionando formações políticas e rede de contatos que as ajudem a lançar campanhas eleitorais competitivas. O projeto considera campanhas competitivas aquelas que não são laranjas e consigam votação expressiva que permita a construção de uma carreira política sólida para que caso não sejam eleitas, fiquem como suplentes.

Na seleção das participantes, o projeto prevê a maior diversidade possível em relação ao público feminino, prezando por obter proporcionalmente candidatas de diferentes matrizes étnicas, até o apoio na etapa de suas pré-campanhas e pré-candidaturas ao cargo de vereadoras por Goiânia. Em outras palavras, o objetivo inicial do projeto é fomentar mais mulheres com orientação política se candidatando, mais mulheres sendo eleitas e maior representatividade nas eleições municipais de 2020.

O público-alvo do projeto são mulheres que nunca exerceram mandato com interesse em se engajar no cenário político goiano, que nunca tiveram mandato e com disposição para seguir uma trilha de formação política. Mulheres comprometidas a lançar candidaturas competitivas e que, uma vez eleitas, trabalhem em políticas públicas de fortalecimento da democracia e pautas que garantam os direitos das mulheres.

A trilha formativa é composta por formações com conteúdos relacionados a desenvolvimento pessoal; habilidades técnicas; conhecimento sobre política e estratégias de campanha; e por experiências práticas como imersão na câmara dos vereadores. Nesta imersão, as selecionadas passam o dia acompanhando as atividades da parlamentar e de momentos de interação e contato com mulheres que já tiveram mandato, com mandato e também as que já disputaram e não conseguiram ser eleitas na primeira vez.

O processo seletivo é composto por três etapas: i) inscrição; ii) envio de vídeo e iii) entrevista por competências. Ao longo de dois anos, o projeto realizou três processos seletivos. Somando todos os processos, o projeto recebeu o total de 103 inscrições, realizou 66 entrevistas, selecionou e formou 49 mulheres, destas 30 foram candidatas, de 16 partidos⁶ e 11 cidades⁷ diferentes, sendo que uma das candidatas começou a trilha formativa sendo candidata a vereadora, mas terminou a campanha como candidata a vice-prefeita da capital. Somando os votos das 29 candidaturas para o cargo de vereança, as Goianas receberam 16305 votos,

⁶ Avante, Cidadania, DEM, MDB, PCdoB, PL, Podemos, PRTB, PSB, PSDB, PSL, PSOL, PT, PTC, REDE e UP.

⁷ Aparecida de Goiânia, Caçu, Cavalcante, Formosa, Goiânia, Goiás, Inhumas, Itaberaí, Pirenópolis, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás.

resultando na eleição de 5 mulheres, uma na capital e as outras 4 no interior. A tabela 1, abaixo, mostra o resultado quantitativo de cada etapa do processo de acompanhamento das mulheres atraídas e selecionadas pelo projeto observando a declaração de raça realizada.

Tabela 1: Distribuição racial das mulheres atraídas e selecionadas pelo projeto ao longo do ciclo eleitoral (2018 - 2020).

| <i>Raça</i> | INSCRITAS | ENTREVISTADAS | CANDIDATAS | NÃO ELEITAS | SUPLENTES | ELEITAS |
|--------------------|------------|---------------|------------|-------------|-----------|----------|
| Amarela | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Branca | 35 | 24 | 13 | 4 | 6 | 3 |
| Indígena | 2 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Parda | 41 | 24 | 7 | 1 | 6 | 0 |
| Não declarou | 4 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Preta | 19 | 13 | 9 | 3 | 4 | 2 |
| Total geral | 103 | 66 | 30 | 9 | 16 | 5 |

Fonte: Elaboração própria.

No primeiro ciclo de dois anos o foco do projeto foi impulsionar candidatas à vereança. Para cada processo seletivo a equipe buscou testar uma hipótese. Para o primeiro processo, o objetivo era testar e aprender sobre atração de mulheres para a política, dessa forma, fizeram chamadas para que houvesse inscrição de lideranças locais de Goiânia seu que houvesse restrição à filiação. O segundo processo seletivo, teve como objetivo testar o formato de formação virtual, a atração e capilaridade do projeto no interior. Já o terceiro e último processo seletivo realizado, teve como objetivo atrair com maior intencionalidade mulheres que já haviam se candidatado mas, não haviam sido eleitas.

Para todos os processos seletivos, a equipe aplicou entrevistas por competências medindo o grau de complexidade para exemplos trazidos pelas candidatas para valorização da diversidade, liderança, desafio status quo, comunicação e mobilização de pessoas, foco no usuário (cidadão) e tomada de decisão. Apesar de ser uma etapa obrigatória do processo de seleção, não foi utilizada como etapa de exclusão na maioria dos processos.

Tabela 2: Resultado eleitoral das candidatas selecionadas pelo projeto que concorreram pela primeira ou segunda vez.

| <i>Concorreu pela primeira vez?</i> | Candidatas | Eleitas | Suplentes | Votos |
|-------------------------------------|------------|----------|-----------|--------------|
| FALSO | 4 | 2 | 2 | 4503 |
| VERDADEIRO | 26 | 3 | 14 | 11802 |
| Total geral | 30 | 5 | 16 | 16305 |

Fonte: Elaboração própria.

As candidatas selecionadas pelo projeto têm entre 21 a 56 anos de idade. Em relação ao nível de escolaridade, das 30 candidatas selecionadas pelo projeto, 6,67% declararam doutorado; 7% ensino médio completo, 17% mestrado, 20% pós-graduação, 33% superior completo e 17% superior incompleto. Em relação ao estado civil, 17 são solteiras, 9 casadas, e 4 divorciadas. Dentre as cinco eleitas, três eram solteiras e duas casadas, todas estarão com ensino superior completo na data da diplomação (ocorrerá até dia 18 de dezembro) e tem a idade média de 25 anos.

Com a proximidade das eleições, o projeto identificou a dificuldade de formar equipe por parte das candidatas e decidiu realizar uma seleção de embaixadoras do projeto com interesse em se voluntariar a uma campanha, aumentando assim as chances de eleger mulheres.

3.4 Modelo lógico do Goianas na Urna

Para promover o aumento da representatividade de mulheres nas câmaras municipais de Goiás, o projeto orientou os insumos disponíveis para realizar atividades e oferecer produtos que dialogam com as causas implícitas da segunda vertente pragmática que explicam a sub-representatividade sob a ótica da falta de recursos (tempo, acesso a redes de contatos e dinheiro). No quadro abaixo, é apresentado o modelo lógico do projeto com os principais insumos, atividades e resultados que o projeto realizou entre 2019 e 2020.

Quadro 1: Modelo Lógico do Projeto Goianas na Urna

| INSUMOS | ATIVIDADES | PRODUTOS | RESULTADO DAS ATIVIDADES | RESULTADO A SOCIEDADE/ IMPACTO |
|---|--|--|--|---|
| Gestoras qualificadas | Atrair e selecionar mulheres pré-candidatas residentes em Goiás e embaixadoras. | Trilhas formativas para as 4 áreas do programa e mentorias. | Dobrar o número de mulheres eleitas na câmara municipal de Goiânia (ano 1 do projeto) | Aumentar a representatividade das mulheres nas câmaras municipais de Goiás. |
| Parcerias para oferecimento de formações, ferramentas de gestão. | Formalizar parcerias com organizações que geram conteúdos e serviços. | Mulheres selecionadas assistirem entre 70 - 80% das formações | Eleger mulheres negras para o cargo de vereança | Fomentar um ecossistema de iniciativas de participação social e política. |
| Acesso a dados eleitorais qualificados | Captar recursos e adquirir infraestrutura necessária para realização das formações. | Realizar imersão institucional na câmara municipal. | Criação de Rede de mulheres engajadas com política em Goiás | Aumentar a visibilidade política de Goiás o tornando referência em representatividade e engajamento político. |
| Acesso à tecnologia de e internet | Realizar rotinas de reuniões e disparar lembretes de prazos e compromissos. | Campanhas informativas qualificando a importância de mulheres eleitas. | Aumento de seguidores nas redes sociais e divulgação de conteúdos na imprensa local. | |
| Recursos financeiros para viabilizar logística de parceiros e das candidatas selecionadas | Divulgar etapas dos processos de seleção dos programas e informações de qualidade no site e em redes sociais | Criação e manutenção de rede de apoio com ativistas, embaixadoras e advogadas eleitoralistas para tirar dúvidas. | Aportar competitividade para as candidaturas das mulheres apoiadas pelo projeto. Não ter nenhuma candidata laranja | |

Fonte: Elaboração própria

4. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO

O objetivo deste capítulo é fazer uma avaliação exploratória dos indicadores de resultado do projeto e apresentar o nível de satisfação das candidatas - usuárias finais com o mesmo. Desta forma, as análises foram focadas nos indicadores de resultado do projeto.

Quadro 2: Resumo executivo dos produtos e resultados obtidos pelo projeto Goianas na Urna.

| PRODUTOS | RESULTADO DAS ATIVIDADES | RESULTADO A SOCIEDADE |
|--|--|---|
| 49 mulheres selecionadas | 5 mulheres eleitas | 1º vereadora negra eleita na Cidade de Goiás |
| 30 mulheres candidatas que nunca foram eleitas. Dessas, 26 se candidataram pela primeira vez | 1 candidata negra a vice prefeita da capital | Vereadora eleita mais jovem de Pirenópolis |
| 42 embaixadoras selecionadas e mobilizadas | Rede de networking formada por 85 ativistas políticas em Goiás | 5 candidatas eleitas com carta de compromissos assinada |
| Campanhas qualificando a importância de mulheres eleitas | 2,5 mil seguidoras nas redes sociais | 16 suplentes |
| Contribuição com redes parceiras e formação de conteúdos | Contribuição e Disponibilização de e ferramentas práticas para as campanhas online | |

Fonte: Elaboração própria.

Conforme demonstrado no modelo lógico, os resultados iniciais esperados pelo projeto para as eleições municipais de 2020 foram:

1. Dobrar o número de mulheres eleitas na câmara municipal de Goiânia (ano 1 do projeto)
2. Eleger mulheres negras para o cargo de vereança
3. Aportar competitividade para as candidaturas das mulheres apoiadas pelo projeto
4. Não selecionar nenhuma candidata laranja
5. Criação de Rede de mulheres engajadas com política em Goiás
6. Aumentar o número de seguidores nas redes sociais e divulgação de conteúdos na imprensa local.

4.1 Matriz de Avaliação

A partir dos indicadores de resultados, derivasse as seguintes perguntas avaliativas:

1. Houve aumento da representatividade feminina através de candidaturas apoiadas pelo projeto?
2. O projeto elegeu mulheres negras?
3. Candidaturas análogas tiveram desempenho eleitoral pior?
4. Qual o tamanho da rede de apoio proporcionada pelo projeto?
5. Quão úteis são os serviços oferecidos pelo projeto para as candidatas?
6. Como a rede se engajou na política em Goiás?

Como instrumento de coleta de indicadores, foram analisados dados do TSE - Eleições 2020 junto com informações referentes ao número de membros no grupo coletadas por meio do aplicativo Whatsapp e, aplicação de formulário de avaliação dos programas para candidatas e para embaixadoras. Participaram da avaliação uma amostra de resposta voluntária 26 candidatas e 14 embaixadoras.

Como procedimentos de coleta, foi realizado o cruzamento e manipulação da base de dados do TSE e dados agregados do registro de uso interno do projeto Goianas, além do disparo de mensagens individuais e lembretes pedindo o preenchimento das avaliações para o grupo total de 85 pessoas.

Os principais riscos associados a avaliação de resultados conduzida neste trabalho envolve a falta de padronização de dados, falta de capacidade de processamento tornando comparações morosas, não cumprimento de todos os prazos de prestação de contas⁸, efeito sobre o comportamento das pessoas, viés de referência e o efeito Hawthorne.

Quadro 3: Potenciais usuários do resultado da avaliação

| PÚBLICO | INTERESSE NA AVALIAÇÃO | USO DA AVALIAÇÃO |
|--------------------------|--|---|
| Gestoras do Projeto | - Aumentar as oportunidades de captação de recurso; - Expandir o projeto para outras cidades/estados; | - Divulgar para parceiros, jornais, eventos e redes do projeto. |
| Parceiros Institucionais | - Reforçar a importância da parceria e cravar outros projetos em conjunto; | - Gerar e divulgar conteúdos para replicar a experiência em outras regiões; |
| Partidos políticos | - Oportunidade para reproduzirem melhoria em processos de formação de chapa para candidatas que nunca foram eleitas aumentando suas chances de obter mais votos e fazer mais cadeiras. | - Profissionalizar condução de processos e articular parcerias dentro do partido. |

⁸ O prazo final para entrega do relatório de prestação de contas é dia 15/12 <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/tse-aprova-datas-para-entrega-de-prestacao-de-contas-final>> Acessado dia 10/12.

| | | |
|---------------|--|--|
| Beneficiárias | - Saber se o seu custo de oportunidade valeu a pena, ou seja, saber se foi vantajoso investir o tempo dela nas atividades propostas pelo Goianas na Urna | - Motivação para continuarem engajadas na rede |
|---------------|--|--|

Fonte: Elaboração própria.

4.2 Avaliação de desempenho eleitoral de candidatas

Para responder as três primeiras perguntas avaliativas: i) houve aumento da representatividade feminina através de candidaturas apoiadas pelo projeto?; ii) o projeto elegeu mulheres negras? e iii) candidaturas análogas tiveram desempenho eleitoral pior? - foram realizadas análises e cruzamentos da base de dados do TSE.

A primeira pergunta avaliativa, diz respeito ao resultado esperado do aumento da representatividade feminina na capital do estado. Esse resultado não foi alcançado. O número de cadeiras ocupadas por mulheres permaneceu sendo 5, portanto, 52% da população continuará sendo representada por 14%. Apesar da taxa de representatividade feminina ter permanecido a mesma na capital, em outras três cidades houve aumento através da eleição de candidatas apoiadas pelo projeto, como mostra a tabela 3. Para verificar o aumento da representatividade nos demais municípios, segue a tabela 4 abaixo.

Tabela 3: Comparação das taxas de representatividade em municípios em que o projeto elegeu candidatas entre 2016 e 2020.

| Municípios | Representatividade Feminina em 2016 | Representatividade Feminina 2020 |
|-------------|-------------------------------------|----------------------------------|
| CAVALCANTE | 22% | 22% |
| FORMOSA | 6% | 21% |
| GOIÂNIA | 14% | 14% |
| GOIÁS | 11% | 33% |
| PIRENÓPOLIS | 9% | 18% |

Fonte: TSE - Eleições 2020. Elaboração própria.

Tabela 4: Taxa de representatividade das câmaras municipais onde candidatas formadas pelo projeto estiveram nas urnas em 2020.

| MUNICÍPIOS | FEMININO | MASCULINO | Nº CADEIRAS | REPRESENTATIVIDADE FEMININA |
|----------------------|-----------|------------|-------------|-----------------------------|
| APARECIDA DE GOIÂNIA | 2 | 23 | 25 | 8,00% |
| CAÇU | 2 | 7 | 9 | 22,22% |
| CAVALCANTE* | 2 | 7 | 9 | 22,22% |
| FORMOSA* | 4 | 15 | 19 | 21,05% |
| GOIÂNIA* | 5 | 30 | 35 | 14,29% |
| GOIÁS* | 3 | 6 | 9 | 33,33% |
| INHUMAS | 1 | 12 | 13 | 7,69% |
| ITABERAÍ | 2 | 11 | 13 | 15,38% |
| PIRENÓPOLIS* | 2 | 9 | 11 | 18,18% |
| SENADOR CANEDO | 1 | 14 | 15 | 6,67% |
| TRINDADE | 1 | 18 | 19 | 5,26% |
| VALPARAÍSO DE GOIÁS | 2 | 11 | 13 | 15,38% |
| Total geral | 27 | 163 | 190 | 14,21% |

Fonte: TSE - Eleições 2020. Elaboração própria. (*) Municípios que candidatas apoiadas pelo Goianas na Urna foram eleitas.

A tabela 3, evidencia que o projeto alcançou o segundo resultado pretendido, elegendo duas mulheres negras. Sendo a Elenízia da Mata, se candidatou pela primeira vez e conseguiu ser a primeira vereadora negra eleita da cidade de Goiás e a Eriene Kalunga, uma mulher quilombola.

Para analisar o desempenho das candidatas apoiadas, foi realizado um recorte do público alvo do projeto, comparando o desempenho das 26 candidatas que nunca haviam concorrido com candidatas análogas. Este “grupo de controle” foi baseado em candidatas similares, que também iniciaram sua trajetória política nestas eleições, mas que não receberam formação e rede de apoio do Goianas na Urna⁹. Apesar de traçar este paralelismo, vale ressaltar que estas conclusões têm limitações metodológicas, já que o viés de seleção do projeto influencia a escolha de candidatas mais alinhadas aos objetivos do Goianas, e da dificuldade de coletar informações completas e minuciosas das demais candidatas.

⁹ Essa informação foi obtida através do cruzamento do número de CPF informado no registro de candidatura das eleições de 2018 e 2016.

A seguir, as tabelas 5, 6 e 7, apresentam comparativos referentes a candidatas análogas agrupadas por resultado da eleição (eleitas, suplentes e não eleitas). Para aprofundar a análise de desempenho das mesmas, foram selecionadas a quantidade de votos nominais, a média de gastos contratados declarados no portal do divulgá contas e um cálculo de custo por voto.

Tabela 5: Candidatas pela primeira vez e eleitas - comparação de desempenho entre candidatas selecionadas e não selecionadas pelo Goianas na Urna.

| | Município | Nº de Candidatas | Média de Votos Nominais | Média de Gastos Contratados | Média Custo por Voto |
|-------------------------------|-------------|------------------|-------------------------|-----------------------------|----------------------|
| Candidatas análogas - Eleitas | CAVALCANTE | 1 | 109 | R\$ 850,00 | R\$ 7,80 |
| | FORMOSA | 3 | 927 | R\$ 2.836,42 | R\$ 2,75 |
| | GOIÁS | 2 | 369 | R\$ 19.201,25 | R\$ 44,15 |
| | PIRENÓPOLIS | 1 | 444 | R\$ 5.029,00 | R\$ 11,33 |
| Candidata Goianas - Eleitas | CAVALCANTE | 1 | 186 | R\$ 1.450,00 | R\$ 7,80 |
| | FORMOSA | 1 | 310 | R\$ 5.300,00 | R\$ 17,10 |
| | GOIÁS | 1 | 476 | R\$ 57,35 | R\$ 0,12 |
| | PIRENÓPOLIS | 1 | 350 | R\$ 4.869,68 | R\$ 13,91 |

Fonte: TSE Eleições 2020. Elaboração própria.

Tabela 6: Candidatas pela primeira vez e suplentes - comparação de desempenho entre candidatas selecionadas e não selecionadas pelo Goianas na Urna.

| | Município | Nº de Candidatas | Média de Votos Nominais | Média de Gastos Contratados | Custo por Voto |
|--------------|----------------------|------------------|-------------------------|-----------------------------|------------------|
| Candidatas | APARECIDA DE GOIÂNIA | 115 | 130 | R\$ 12.668,75 | R\$ 638,97 |
| análogas - | CAÇU | 22 | 53 | R\$ 957,32 | R\$ 28,48 |
| Suplentes | GOIÂNIA | 212 | 191 | R\$ 10.908,98 | R\$ 186,47 |
| | GOIÁS | 17 | 64 | R\$ 5.065,49 | R\$ 92,04 |
| | INHUMAS | 44 | 54 | R\$ 1.558,72 | R\$ 86,01 |
| | ITABERAÍ | 25 | 99 | R\$ 1.753,42 | R\$ 37,67 |
| | SENADOR CANEDO | 40 | 73 | R\$ 9.913,19 | R\$ 135,15 |
| Total | | 475 | 138 | R\$ 9.233,12 | R\$ 66,97 |
| Candidatas | APARECIDA DE GOIÂNIA | 1 | 252 | R\$ 2.000,00 | R\$ 7,94 |
| Goianas - | CAÇU | 1 | 193 | R\$ 719,30 | R\$ 3,73 |
| Suplentes | GOIÂNIA | 8 | 646 | R\$ 13.296,19 | R\$ 32,25 |
| | GOIÁS | 1 | 66 | R\$ 100,00 | R\$ 1,52 |
| | INHUMAS | 1 | 67 | R\$ 95,00 | R\$ 1,42 |
| | ITABERAÍ | 1 | 127 | R\$ 976,78 | R\$ 7,69 |
| | SENADOR CANEDO | 1 | 32 | R\$ 1.500,00 | R\$ 46,88 |
| Total | | 14 | 422 | R\$ 7.982,90 | R\$ 23,37 |

Fonte: TSE Eleições 2020. Elaboração própria.

Tabela 7: Candidatas pela primeira vez e não eleitas- comparação de desempenho entre candidatas selecionadas e não selecionadas pelo Goianas na Urna.

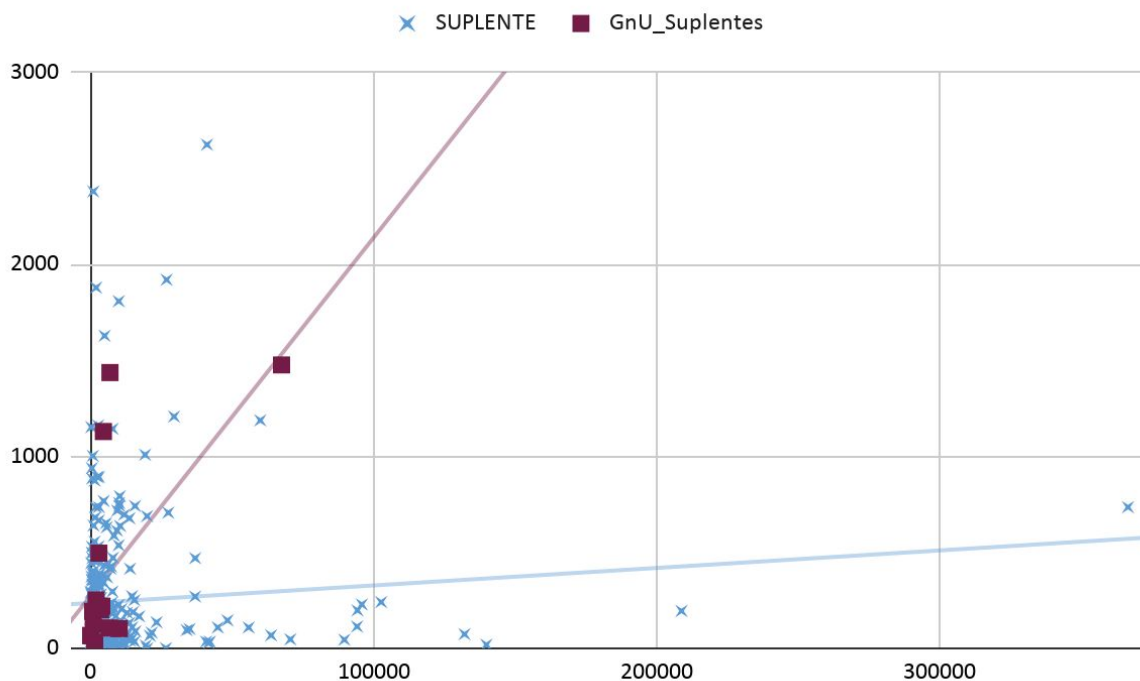
| | Município | Nº de Candidatas | Média de Votos Nominais | Média de Gastos Contratados | Custo por Voto |
|--------------|---------------------|------------------|-------------------------|-----------------------------|------------------|
| Candidatas | GOIÂNIA | 42 | 241 | R\$ 14.767,53 | R\$ 286,23 |
| análogas - | SENADOR CANEDO | 33 | 38 | R\$ 2.544,93 | R\$ 67,08 |
| Não Eleitas | TRINDADE | 18 | 61 | R\$ 5.906,98 | R\$ 272,51 |
| | VALPARAÍSO DE GOIÁS | 67 | 52 | R\$ 3.093,02 | R\$ 246,14 |
| Total | | 160 | 100 | R\$ 6.361,11 | R\$ 63,66 |
| Candidata | GOIÂNIA | 4 | 727 | R\$ 6.872,95 | R\$ 8,05 |
| Goianas - | SENADOR CANEDO | 1 | 26 | R\$ 500,00 | R\$ 19,23 |
| Não Eleitas | TRINDADE | 1 | 203 | R\$ 4.412,50 | R\$ 21,74 |
| | VALPARAÍSO DE GOIÁS | 1 | 267 | R\$ 1.882,30 | R\$ 7,05 |
| Total | | 7 | 486 | R\$ 4.898,08 | R\$ 11,46 |

Fonte: TSE Eleições 2020. Elaboração própria.

Ao comparar o desempenho eleitoral das mulheres que se candidataram pela primeira vez nos municípios que o projeto do Goianas na Urna esteve presente, e que obtiveram respectivamente o resultado de eleitas ou suplentes, constatamos que há uma diferença do projeto em relação ao custo médio por voto normalmente inferior para as candidatas do goianas em relação a média das duas regiões e na expressividade dos votos nominais quando comparados.

Mesmo sendo difícil inferir o sucesso da votação expressiva das candidatas a formação recebida, é possível constatar que a seleção foi acertada, pois não houve presença de nenhuma candidatura laranja. A diferença entre as linhas de tendência do gráfico 4, mostra o quanto a relação entre voto e gasto contratado de cada mulher suplente que foi candidata pela primeira vez foi diferente. A inclinação da curva de tendência mostra que a alocação de recurso de campanha das candidatas selecionadas pelo projeto foi mais eficiente e converteu mais votos.

Gráfico 4: Mulheres candidatas pela primeira vez - suplentes



Fonte: TSE Eleições 2020. Elaborado pela autora.

4.3 Avaliação Interna

Para responder às perguntas avaliativas referente a satisfação das beneficiárias do projeto, além de analisar documentos, foi aplicado um questionário de avaliação de adesão voluntária para participantes do programa de formação para candidatas e para membros do programa de embaixadoras.

A rede de apoio, composta por 92 pessoas¹⁰, dentre candidatas, ativistas e embaixadoras, se destaca pelo perfil protagonista, e ações políticas realizadas ao longo do ano. Além de engajar na elaboração e multiplicação de conteúdos e campanhas informativas como a do “Primeiro Voto”, “Entrevistas com candidatas a prefeitura da capital”, “Vote em Mulheres” e “Eles por Elas” o grupo também conduziu uma campanha de pressão chamada “Auxílio para quem precisa” - questionando os desembargadores do estado sobre um novo auxílio saúde durante a pandemia¹¹ - o que demonstra o engajamento do grupo em fiscalizar as esferas de poder.

Para avaliar a satisfação das candidatas participantes com o projeto e qual a percepção de utilidade para cada uma delas, foram aplicadas 3 perguntas - que podem ser verificadas no Apêndice A: i) Em uma escala de 0 a 10, quanto você considera que o Goianas na Urna foi útil para sua campanha?; ii) Avalie a relevância dos serviços entregues pelo Goianas na Urna para sua campanha: [de cada um dos produtos oferecidos]; e iii) Você indicaria o Goianas na Urna para mulheres que querem ser candidatas em eleições futuras?

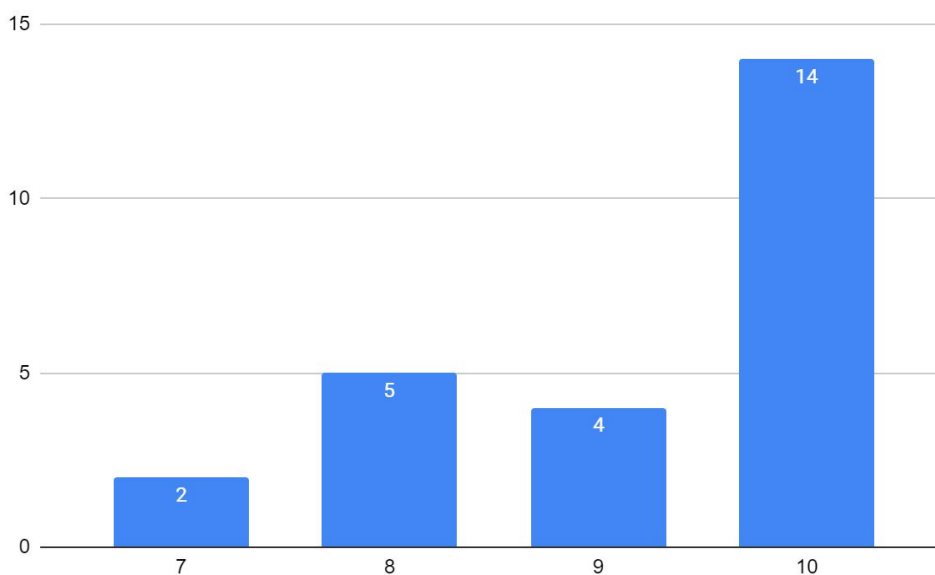
A avaliação do programa foi aplicada durante os primeiros dez dias primeiro do mês de dezembro e obteve participação de 83% (n=25 de possíveis 30) do grupo de candidatas. Quando questionadas se recomendariam o programa para mulheres que querem ser candidatas em eleições futuras, 100% das respondentes afirmaram

¹⁰ Informação disponível no site do projeto <<https://www.goianasnaurna.com.br/>>, acessado em 10/12/2020.

¹¹ Campanha Auxílio para quem precisa <<https://www.auxilioparaquemprecisa.bonde.org/>>, acessado em 10/12/2020.

que sim. Como indicado no gráfico 5 abaixo, a maioria das candidatas afere utilidade do projeto em suas campanhas.

Gráfico 5: Contagem de em uma escala de 0 a 10, quanto você considera que o Goianas na Urna foi útil para sua campanha?



Fonte: Dados primários. Elaborada pela autora

Dentre os produtos oferecidos pelo projeto classificados como muito relevantes foram: formações online (80%), apoio jurídico (56%), visibilidade e comunicação (48%); mentorias (36%), seguido do programa de embaixadoras (24%). Quando perguntadas sobre formas que desejam continuar se engajando na política por meio do projeto, 76% afirmou que deseja se engajar na rede de mulheres que apoiam pautas de representatividade feminina; 64% participando das formações; 60% ajudando a realizar conversas com dirigentes partidários, 52% apoiando na expansão do projeto para o interior do estado e apenas 12% disseram que não tem interesse em seguir engajadas com o projeto.

5. CONCLUSÃO

Esta tese dissertou sobre as origens do fenômeno mundial e brasileiro da sub-representatividade feminina na política. O número reduzido de mulheres no alto escalão de poder tem impacto direto na qualidade democrática, na formulação e na implementação de políticas públicas no Brasil e no mundo. Analisando este problema a partir da escala nacional, estadual e municipal, essa tese focou no estudo de caso de uma iniciativa chamada Goianas na Urna, representante goiano de um ecossistema de organizações que visam impulsionar candidaturas femininas em âmbito local e regional no Brasil através de uma metodologia de atração e seleção de mulheres baseadas em competências.

Criado em 2018, o Goianas na Urna concentrou os seus esforços em atrair, selecionar e capacitar mulheres interessadas na política, mas que nunca tinham sido eleitas. A partir da expertise política de seu corpo extenso de voluntárias, o Goianas proporcionou capacitações, assessoria jurídica, mentorias e apoiou a comunicação das candidaturas, além de promover um pareamento entre embaixadoras interessadas em se voluntariar em campanhas e futuras candidatas. Depois de 30 das suas selecionadas terem concorrido às eleições de 2020 em 12 municípios, o Goianas logrou eleger 5 mulheres em 5 cidades diferentes. Além de ter conseguido eleger uma vereadora na capital (Aava Santiago, PSDB), o projeto também ajudou a eleger a primeira vereadora preta na cidade de Goiás, Elenízia da Mata (PT), e a vereadora mais jovem de Pirenópolis, Ynaê (DEM). Também foram eleitas a vereadora quilombola na cidade de Cavalcante Eriene Kalunga (PSB) e a vereadora Cátia Rodrigues (PRTB), no município de Formosa. Neste capítulo, pretendo trazer reflexões sobre os capítulos anteriores e sugestões em relação ao uso e possíveis estudos futuros.

Autores internacionais, como Josefsson, apontam que não há relação entre o investimento em capacitações para mulheres e aumento da representatividade feminina, acreditando que a subrepresentatividade em larga escala só poderia ser reduzida sistemicamente por meio de mudanças institucionais. Contudo, o estudo de caso e os dados da experiência indicam que estas formações podem ser significativas a nível municipal e podem aumentar a competitividade de candidatas,

sobretudo de novas postulantes. Neste sentido, o Goianas na Urna dialoga com a tese de Matland, acreditando que pequenos movimentos podem ser capazes de produzir mudanças que somadas e capilarizadas, alteram escalas maiores.

Uma avaliação interna do projeto é que a sua principal colaboração com a estrutura política vigente é o auxílio aos partidos a identificarem novas candidatas ingressantes com potencial competitivo. Visto que a estrutura de formação e atração dos partidos se mostrou deficitária em recrutar mulheres ingressantes na política com alto capital eleitoral, a iniciativa acredita que a seleção externa e a promoção de capacitações podem aumentar a oferta de candidatas viáveis, diminuindo assim a sub-representatividade feminina. Além disso, ao introduzir novas candidaturas eleitoralmente viáveis no cenário político, o Goianas na Urna acredita que possa diminuir o número de candidaturas laranjas, cumprindo de fato o piso legal de 30% de candidatas femininas estabelecidas em lei e fortalecer a democracia.

Outra medida para diminuir a sub-representatividade feminina pode ser melhorar a qualidade de dados e informações disponíveis, auxiliando os partidos a buscarem de forma mais ativa possíveis candidatas baseadas em recortes de gênero e étnicos. Esta assimetria de informações ou a dificuldade de obtê-las também pode ser um dos motivos para a dificuldade partidária de promover lideranças novas e com um perfil identitário destoante, além de fornecer diagnósticos precisos para os dirigentes municipais realizarem campanhas de atração e mobilização mais efetivas.

Baseado neste estudo de caso, em vista da dificuldade institucional de partidos de formarem e atraírem candidatas mulheres para romper com o piso legal de 30% - mínimo exigido por lei, a replicação da metodologia de seleção e formações baseadas em competências, implementada pelo Goianas na Urna, se implementadas pelos partidos para pré-candidatas que nunca disputaram eleições podem, a nível agregado, promover alterações sistêmicas, aumentando a proporção de mulheres candidatas, eleitas e fortalecendo a democracia. A literatura também recomenda que aumentar a transparência de governança partidária e ter critérios claros e transparência em relação a destinação de recurso partidário são mudanças institucionais que favorecem o aumento do interesse das mulheres pela política.

Provocada ainda pela revisão bibliográfica e a fim de ampliar a clareza analítica do diagnóstico do problema da sub-representatividade no Brasil, seria interessantes realizar alguns testes de hipóteses em estudos futuros, como por exemplo:

- I. Relacionar o tempo de filiação das candidatas com número de votos (ou porcentagem dos votos) e recursos partidários. Partindo da premissa que políticas mulheres encontram mais dificuldade de permanecer em um mesmo partido por muito tempo por causa da estrutura partidária, da institucionalidade dos partidos e da falta de confiança dos *gatekeepers*. Portanto, tem mais dificuldade de galgar posições, se eleger e ter acesso a recursos que são dados a políticos com mais tempo de casa, como acesso a fundo partidário, tempo de TV, etc.
- II. Analisar a frequência de impugnação de candidaturas femininas, assumindo como premissa que a escassez de recursos torna as candidaturas femininas mais frequentemente impugnadas pela ausência de suporte partidário e por não poderem contar com um advogado eleitoral e um contador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____ . Feminismo e Política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARAÚJO, Clara. [As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais](#). Dados, v. 44, n. 1, p. 0-0, 2001.
- ARAÚJO, Clara. [Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política](#). Revista de Sociologia e Política, n. 24, p. 193-215, 2005.
- ARAÚJO, Clara. [Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil](#). Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 231-252, 2001.
- JOSEFSSON, Cecilia. How candidate selection structures and genders political ambition: illustrations from Uruguay. European Journal of Politics and Gender, v. 3, n. 1, p. 61-78, 2020.
- MARDEGAN, Ivan O. Theory and evidence of women's political exclusion in Brazil. 145p. Tese (doutorado CDAPG) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. In <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/28931> acesso em 10/04/2020.
- MARQUES, D.; Caminotti, Mariana; BIROLI, F.. Participação em banca de Alberto André Barreto Martins. Carreiras políticas e a divisão sexual do trabalho, um retrato da Câmara Legislativa do Distrito Federal. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília.
- MATLAND, Richard E. Enhancing women's political participation: legislative recruitment and electoral systems. Women in parliament: Beyond numbers, v. 2, p. 93-111, 2005.
- MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. “Práticas de Gênero e Carreiras Políticas: vertentes explicativas”. Estudos Feministas, Florianópolis, 18(3), set-dez 2010, 653–679. <https://www.scielo.br/pdf/ref/v18n3/v18n3a03.pdf>
- NORRIS, P. & LOVENDUSKI, J. Political recruitment: Gender, race and class in the British Parliament. Cambridge University Press; 1995.
- NORRIS, P. & LOVENDUSKI, J. United Kingdom. In: Norris, P. Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- NORRIS, Pippa. Recrutamento político. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , v. 21, n. 46, p. 11-32, June 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200002>.

- PANEBIANCO, A. Profissionalismo político e burocracia. Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Capítulo XII)
- PERISSINOTTO, Renato Monseff; VEIGA, Luciana Fernandes. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. *Opin. Publica*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 49-66, Apr. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762014000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Aug. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762014000100003>.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença?. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268, jan. 2001. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100016>>. Acesso em: 19 ago. 2020. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100016>. Publicado originalmente como "From a Politics of Ideas to a Politics
- PISCOPO, Jennifer M.; KENNY, Meryl. Rethinking the ambition gap: gender and candidate emergence in comparative perspective. *European Journal of Politics and Gender*, v. 3, n. 1, p. 3-10, 2020.
- SWERS, Michele. "Understanding the Policy Impact of Electing Women: Evidence from Research on Congress and State Legislatures." *PS: Political Science and Politics* 34, no. 2 (2001): 217-20. Accessed December 1, 2020. <http://www.jstor.org/stable/1350206>.
- WYLIE, Kristin. Taking bread off the table: race, gender, resources and political ambition in Brazil. *European Journal of Politics and Gender*, v. 3, n. 1, p. 121-142, 2020.

Apêndice - A

1. Formulário do programa de candidatas para análise aqui:
https://docs.google.com/forms/d/1_-hBW5O0_ClhbiD_X4eeYPWT0527vlgYYo_ymmqHzMhE/prefill